



Revista angolana de ciências económicas



ECONOMICUS
n° 1
REVISTA ANGOLANA DE CIÊNCIA
ECONÓMICA

Centro de Investigação económica
da Universidade Lusíada de Angola
CINVESTEC-ULA

Patrocínios:



Título: Revista Economicus N° 1

Outubro de 2023

Número de Depósito Legal

N.º 446/2023

Copyright © Universidade Lusíada de Angola

Proibida a reprodução total ou parcial desta revista sem a autorização expressa da Saber Angola, Prestação de Serviços, Lda. Todos os direitos estão reservados.

Contactos:

E-mail: cinvestecula@gmail.com

Internet: <http://www.cinvestec.com>

Conselho Científico:

Heitor Carvalho

Ana Duarte

Tombwele Pedro

Ndongala Garcia

Maria da Conceição Silva

Agostinho Mateus

Yanay Lopez

Paulo Vica

Alberto Vunge

Nerhum Sandambi

Bernardo Vaz

Revisão:

Escolar Editora

Heitor Carvalho

Edição:

Heitor Carvalho

Capa:

Stélvia Kativa

Número de Exemplares:

40

Impresso:

Duy T.Anh – Casa de impressão 1.º de Maio

ÍNDICE

Apresentação

Artigos Científicos:

A Liquidez no Subsistema Bancário Nacional no Período de 2007 a 2019

Alberto Vunge

Análise das demonstrações financeiras - Um caso prático

Agostinho Mateus

Questões metodológicas do cálculo do PIB no manual de Contas Nacionais

Heitor Carvalho

Impacto do crescimento demográfico na economia angolana

Justino Angolar

Comércio externo entre Angola e a SADC - Evidências empíricas com o modelo gravitacional

Nerhum Sandambi

Estabilidade de preços, poupança e crescimento económico sustentável - Uma abordagem teórica da economia angolana

Bernardo Vaz

Elasticidade-preço da procura ajustada

Pascoal de Guimarães

Desenvolvimento regional: uma resposta (des)igual aos desafios complexos da África Austral (SADC) perante a uma política inclusiva

Paulo Vica

Artigo de opinião:

Economia Solidária: será uma resposta resiliente às crises económicas e financeiras da contemporaneidade?

Paulo Vica

Trabalhos de fim de curso:

Auditorias no Sector Público: ferramentas digitais para melhorar a eficácia e eficiência

Carlos Araújo

Motivação dos Trabalhadores dentro das organizações

Bruna Barros, Fábio Gama, Hélio Sampaio, Nuno Bravo, Ricardo Barata, Vanessa Silva e Yanick Almeida

O papel da política comercial nos países em desenvolvimento

Irineu Simões, Samir Fontes, Clementina de Castro e Enio Sampaio

APRESENTAÇÃO

Após o teste que constituiu o número zero, estamos a cumprir a nossa promessa de lançar, um ano depois, o número 1 desta revista que, esperamos, venha a consolidar a sua posição no panorama científico angolano.

Neste número apresentamos 8 textos científicos, 1 artigo de opinião e 3 trabalhos de final de curso, apresentados, dentro de cada secção, pela ordem cronológica da sua submissão.

O Dr. Alberto Vunge apresenta-nos uma visão sobre os problemas da Liquidez no sistema bancário de grande actualidade nacional e internacional, defendendo a visão do banqueiro como primordial protector dos interesses dos seus accionistas e depositantes.

O Dr. Agostinho Mateus aborda a análise de um caso prático de uma empresa à luz de alguns dos principais indicadores de gestão. Trata-se de uma abordagem didáctica através do método do estudo do caso que nos permite uma visão da utilidade imediata dos indicadores.

Eu apresento uma visão de ruptura relativamente ao cálculo do PIB tal como é proposto pelo FMI no seu Manual de Contas Nacionais, defendendo a necessidade de se regressar aos fundamentos teóricos do cálculo do PIB real.

O Professor Justino Angolar mostra a estreita ligação entre o crescimento demográfico e o (de)crescimento económico. O seu texto apresenta números e conclusões sobre esta interacção que, no caso concreto de Angola, alcança uma dimensão muito crítica, com impacto significativo na produtividade e na atractividade de capitais, mas também na qualidade de vida das populações, discorrendo sobre os desafios do crescimento demográfico e as vantagens do equilíbrio entre as variáveis demográficas e económicas.

O Prof. Nerhum Sandambi apresenta-nos a aplicação de um modelo econométrico aos dados das economias da SADC, apresentando as suas conclusões sobre os impactos das várias variáveis económicas, demográficas e geográficas no crescimento do comércio dentro da SADC.

O Prof. Bernardo Vaz foca-se na análise teórico-prática da análise dos efeitos das variações dos preços em diversos aspectos da dinâmica económica, mostrando não apenas os aspectos teóricos da questão como também os dados concretos sobre a nossa realidade e o seu impacto na poupança, no investimento e no crescimento económico de Angola.

O Dr. Pascoal de Guimarães retoma uma questão teórica desenvolvendo, de forma crítica, uma análise cuidadosa e bem fundamentada sobre a equação da elasticidade-preço da procura propondo o seu ajuste para uma equação mais geral, numa contribuição para a teoria económica geral que é digna de ser discutida em qualquer fórum mundial.

Finalmente, mas não menos importante, o Prof. Paulo Vica faz uma análise das desigualdades e dos desafios da SADC para alcançar um crescimento mais harmónico e inclusivo com base num modelo de estatística descritiva que reúne diferentes variáveis económicas e sociais, mostrando que, também é

possível, embora com algum cuidado, aplicar métodos matemáticos para demonstrar e propor soluções para as questões sociais e do desenvolvimento.

Na secção de Opinião, infelizmente apenas com um trabalho, o Prof. Paulo Vica apresenta uma serena mas frontal defesa da Economia Solidária contra a economia ortodoxa, que, mesmo para quem acredita mais nas leis tradicionais, como é o meu caso, vale a pena perceber e absorver, pelo valor e paixão dos argumentos.

Quanto aos trabalhos de fim de curso apresentamos uma análise do Dr. Carlos Araújo sobre os sistemas de auditorias do sector público, que abrange princípios, organizações e a sua aplicação ao caso de Angola, que deverá ser muito útil como análise do que já foi feito e dos desafios futuros.

Um grupo de alunos da Universidade Lusíada apresenta um interessante trabalho de curso sobre as diversas teorias da motivação dos trabalhadores nas organizações e os desafios e vantagens da implementação de políticas orientadas para a melhoria do bem estar emocional dos trabalhadores.

Um outro grupo, também da Universidade Lusíada, faz uma incursão teórica confrontando as vantagens do comércio externo livre e do proteccionismo, apresentando uma análise isenta dos seus efeitos sobre as famílias, as empresas e o estado.

Penso que o leque é rico e variado, dando ao leitor a oportunidade de beneficiar do trabalho da investigação económica angolana e, sobretudo, de desfrute o mais possível com a leitura.

Heitor Carvalho
Director do Cinvestec

ATENÇÃO

Apresentamos neste formato um resumo de duas páginas de cada artigo.

Para adquirir a Revista *Economicus* completa proceda como segue:

Em formato digital (pdf):

- Envie para o e-mail cinvestecula@gmail.com o comprovativo do pagamento de 6.900 (seis mil e novecentos) Kwanzas para o IBAN AO06 0066 0000 0434 8663 102 04 – em nome da Saber Angola – Prestação de Serviços, Lda – Huambo e receberá a revista completa em resposta.
- Ou aceda a www.kioxke.ao e siga as instruções do site.

Em formato de papel:

- Apresente o comprovativo do pagamento de 9.900 (nove mil e novecentos) Kwanzas para o IBAN AO06 0066 0000 0434 8663 102 04 – em nome da Saber Angola – Prestação de Serviços, Lda – Huambo ou pague em dinheiro ou por via ATM nas instalações do CINVESTEC na ULA, durante as horas normais de expediente.
- Ou adquira na Livraria Escolar, junto às instalações da ULA.

Outras livrarias e pontos de venda em papel ou em formato digital poderão ser anunciados no site www.cinvestec.com ou nas redes sociais do CINVESTEC.



ARTIGOS CIENTÍFICOS



A Liquidez no Subsistema Bancário Nacional no Período de 2007 a 2019

Alberto de Oliveira Vunge
Sem vinculação institucional
Orcid: 0000-0002-3305-0202

alberto.vunge89@gmail.com

Resumo

A primeira crise bancária do século XXI, iniciada em 2007 nos Estados Unidos, pôs a descoberto a inadequação da liquidez dos bancos. O tema da liquidez é pré-Basileia, na medida em que antes da formalização da preocupação com o tema da liquidez pelo BIS¹, com a definição de métricas e mecanismos de monitorização do risco de liquidez, esta já era aferida através de um rácio simples e não dinâmico, como o rácio de transformação de depósitos em crédito. O presente artigo faz a análise da situação de liquidez do subsistema financeiro bancário nacional, captada através de um indicador que releva elementos patrimoniais activos (crédito) e passivos (depósitos captados), no período de 2007 a 2019, bem como factores que influenciam de alguma forma a dinâmica da liquidez de um banco. Segundo Caiado (2015), o crédito e os depósitos captados são os dois principais itens do balanço de um banco que opera num subsistema financeiro normal. O objectivo primário é a análise temporal da liquidez agregada do subsistema financeiro bancário nacional, medido pelo rácio crédito/depósito. E, em termos gerais, procede-se também à análise de um conjunto de variáveis sob discricionariedade da gestão dos bancos, que, de acordo com a literatura, impactam a situação de liquidez do subsistema financeiro bancário. Para se alcançar o objectivo deste trabalho, procedeu-se à recolha de dados das demonstrações financeiras, devidamente auditadas e agregadas, publicadas no site da Associação Angolana de Bancos (ABANC) para o período de 2007 a 2019.

Palavras-chave: liquidez, subsistema financeiro bancário

1 Bank for International Settlements

A Liquidez no Subsistema Bancário Nacional

Uma das grandes batalhas de um banqueiro consiste em equilibrar o binómio risco–retorno. A quantidade de risco que o banqueiro precisa de equacionar na gestão do seu negócio é diversificada e de naturezas distintas. Entretanto, sobressaem os riscos de solvabilidade e de liquidez. O risco de solvabilidade sempre ocupou uma posição privilegiada nas preocupações em torno da segurança do sistema financeiro mundial. Assim é, desde que o Acordo de Basileia I procurou determinar o quantum e a natureza adequados de capital que uma instituição financeira devia deter, bem como formalizar métricas adequadas de aferição da solvabilidade no sector, isto ainda em 1988. O tema da liquidez, enquanto elemento importante para a segurança do sistema financeiro, veio à baila apenas no Basileia III, como resposta à crise de 2007, que foi, na sua essência, uma crise de liquidez, segundo Gonzalez (2020)². Para tanto, o BCBS³ publicou, em Setembro de 2010, o Acordo de Basileia III. O acordo é formado essencialmente por dois documentos — (i) Basel III: A global regulatory Framework for more resilient banks and banking systems; e (ii) Basel III: International Framework for liquidity risk measurement, standards and monitoring.

Todavia, o Acordo não estava ainda completado. Relativamente à medição, estabelecimento de padrões e monitorização de riscos de liquidez, o carácter algo revolucionário inerente à proposta de Dezembro de 2009 e a forte reacção adversa que, de início, suscitou nos meios bancários, justificaram que o debate se arrastasse por vários anos. Assim, só em Janeiro de 2013, e mesmo assim só em parte, foi alcançado o consenso sobre o regime dos novos padrões de liquidez a curto prazo, traduzidos na regulamentação desenvolvida em torno do Liquidity Coverage Ratio (LCR). E foi necessário aguardar até final de Outubro de 2014 para o BCBS ver acesa a «luz verde» para um acordo global, pois só então foi definitivamente firmado um consenso sobre o quadro regulatório para o novo rácio de liquidez estrutural, designado (Net Stable Funding Ratio, NSFR).

Mas antes dos acordos de Basileia de 1988 já havia uma métrica de aferição da liquidez, embora contabilística.

Era o rácio Loan-to-Deposits (LTD), um rácio entre a carteira de crédito de um banco e a sua carteira de depósitos. É também conhecido como rácio de transformação de depósitos em créditos. Este indicador é de particular importância, sendo hoje combinado com as métricas de Basileia para monitorar a situação de liquidez de um sistema financeiro. O indicador é de especial relevo na medida em que os bancos captam depósitos no mercado a curto prazo e o concedem a título de crédito por prazos mais longos. Decorre daqui a possibilidade de um banco ser incapaz de atender à procura de fundos por parte de seus depositantes se não se apresentar capaz de repor continuamente os saldos de depósitos que haja concedido em sede de crédito. Aliás, manifestando-se essa incapacidade, o banco não mais seria capaz de continuar a multiplicar moeda, isto é, conceder crédito, porque a sua capacidade de criar moeda depende da sua capacidade de cobrir a carteira de crédito por depósitos.

Um rácio LTD muito alto pode indiciar risco de liquidez na medida em que pode significar que o banco está a transformar uma parte importante dos depósitos em crédito, colocando-se numa situação em que talvez não seja capaz de atender aos pedidos de liquidez dos seus clientes; mas, a verdade é que os bancos vivem de alavancagem financeira, isto é, dependem da possibilidade de usar os depósitos para fazer ...

2 Gonzalez, Altina, et al., Economia e Gestão Bancária, 2020

3 O Comité de Supervisão Bancária da Basileia (BCBS) é o principal definidor global de padrões para a regulação prudencial dos bancos e fornece um fórum de cooperação regular em questões de supervisão bancária. Os seus 45 membros incluem bancos centrais e supervisores bancários de 28 jurisdições.



Análise das demonstrações financeiras

Um caso prático

Agostinho Mateus

mateus.cams@yahoo.com

Sem vinculação institucional

Orcid: 0009-0003-9315-7727

Resumo

Este artigo apresenta, de modo prático, a análise das demonstrações financeiras de uma empresa real, trazendo à atenção os documentos de base para esse tipo de análise, os seus conceitos e os principais índices; demonstra a importância da análise económico-financeira para a gestão de empresas que se querem duradouras e rentáveis e a riqueza de informações contidas nas demonstrações financeiras muitas vezes tidas, apenas, como documento tributário, com o objectivo de reforçar o estímulo para o uso dessas ferramentas em Angola onde o ambiente de negócios impõe vários desafios.

Palavras-chaves: Balanço, Demonstração de resultados, Demonstrações financeiras & Índices.

Introdução

Embora não haja dados sobre o encerramento efectivo da actividade, a percentagem das empresas criadas que iniciou actividade tem vindo, desde o ano de 2014, a decrescer, de acordo com os dados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística angolano, de 30% para 20%.

Num mercado onde o universo de empresas registadas é insuficiente para preencher a necessidade dos diversos sectores da economia e num país cujos níveis de produtividade ainda são muito baixos, se apenas um pouco mais de 20% das empresas que são criadas iniciam a sua actividade, só se pode estar a falar de um mercado cujo ambiente é de séria preocupação. Note-se que não se trata das empresas activas, mas apenas daquelas que alguma vez iniciaram actividade; destas, a maioria enfrenta grandes dificuldades de gestão do negócio e, pelos dados officiosos que se vão recolhendo nos jornais, mais de 50% desaparecem precocemente, deixando uma taxa de sobrevivência de menos de 10% no final do primeiro ano.

É possível encontrar, em várias bases de dados, materiais que abordam as demonstrações financeiras e a importância da sua análise na gestão dos negócios. No entanto, no geral, as abordagens estão viradas para os conceitos e a interpretação dessas ferramentas, ficando a análise (conclusões) por explorar.

Assim, com o presente trabalho pretende-se trazer àquelas empresas sobreviventes uma ferramenta que lhes permita uma melhor gestão dos negócios; e aos profissionais da área de finanças, estudantes, empresários e interessados na matéria, um modelo prático para futuras análises. Para o efeito, apresenta-se o Balanço e a Demonstração de Resultados obtidos de uma empresa real, quatro grupos de Índices económicos e financeiros já calculados e as respectivas fórmulas, a interpretação e a análise à volta dos índices, bem como algumas considerações adicionais.

• A análise das demonstrações financeiras

Alguns dos documentos que constituem as demonstrações financeiras são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações do Património Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa. No entanto, na sua análise é dada maior ênfase ao Balanço Patrimonial e à Demonstração de Resultados pelo facto de, por meio dessas peças contabilísticas ser evidenciada, de forma objectiva, a situação económico-financeira da empresa (Ching, 2003).

Segundo Adriano Blatt (2001), a análise das demonstrações financeiras visa a avaliação do desempenho do passado, presente e futuro da empresa, seja comparando-a com os padrões do sector seja numa análise de série temporal. As ferramentas primárias para essa análise são os índices financeiros.

• O balanço patrimonial

Segundo Raimundo Athar (2005), o Balanço Patrimonial é a apresentação padronizada dos saldos de todas as contas representativas do património da empresa em determinada data, com indicação da intenção da empresa em relação aos prazos de realização dos bens e direitos, bem como o cumprimento de suas exigibilidades.

Para (Chiavenato, 2014), o Balanço Patrimonial é uma demonstração financeira que reflecte com clareza a situação do património da empresa num determinado momento. De acordo com o estabelecido no PGC — Plano Geral de Contabilidade angolano (Decreto n.º 82/2001, 2001),...



Questões metodológicas do cálculo do PIB⁴ No manual de Contas Nacionais

Heitor Carvalho

hfsfc.novo@gmail.com

Sem vinculação institucional

[Orcid: 0009-0000-9640-2677](https://orcid.org/0009-0000-9640-2677)

Resumo

O PIB em medidas encadeadas de volume de Angola, tal como é calculado pelo INE, não corresponde nem aos rendimentos reais nem à despesa em bens finais nem ao valor económico da produção. Apenas apresenta uma semelhança aproximada com o PIB.

O que está na origem desta confusão de termos é a ideia de que se pode fazer uma conversão directa das quantidades de produtos em valor económico. Esta ideia, que reconheço ser dominante na teoria económica, é totalmente aceite pelo FMI, sendo claramente expressa no Capítulo IX — Indicadores de preços e volumes do Manual de contas nacionais trimestrais — Conceitos, fontes de dados e compilação de Adriaan M. Bloem, Robert J. Dippelsman y Nils O. Maehle, editado pelo FMI⁵.

É objectivo desde pequeno artigo provar que a metodologia proposta nesse documento, doravante referido apenas como Manual, deve ser alterada para que corresponda ao PIB Real. Provarei, em particular, que a sua utilização conduz a graves distorções das medidas do PIB em países com elevado peso de exportações de matérias-primas com preços muito voláteis no mercado internacional, como é o caso de Angola.

4 Produto Interno Bruto

5 Tradução da versão espanhola de 2001 com o código ISBN 1-58906-070-9.

Introdução

Este artigo é uma crítica da corrente dominante⁶, expressa através dos documentos de cálculo do PIB do FMI, tendo como suporte os fundamentos da economia.

Os preços dos produtos não variam uniformemente. Detectar, no conjunto das variações aparentemente aleatórias, qual é a variação geral de preços e qual a variação relativa de cada preço é o objecto da nossa discussão. A variação dos preços é una, não sendo possível distinguir, de forma directa e imediata, o que corresponde a uma e a outra. A primeira corresponde à variação do valor da moeda em que os preços são expressos, a segunda à variação do preço de cada mercadoria face ao conjunto de todas as demais, ou seja, face à variação geral de preços. Até aqui todos concordamos e estes conceitos pode ser confirmados em qualquer manual básico de economia.

Onde começamos a divergir é no que entendemos por “conjunto de todas as mercadorias”. Este é, na verdade, o cerne desta discussão!

Determinar o índice geral de preços ou da variação em volume significa, na verdade, medir a variação das quantidades de um conjunto de mercadorias cujo valor é tido como imutável. Chamemos-lhe o Conjunto Mercadorias para facilitar a exposição.

Colocam-se duas questões basilares:

- 1) Quais os elementos que se devem incluir no Conjunto Mercadorias?
- 2) Devemos considerar imutável o valor de cada mercadoria em particular ou o apenas valor do Conjunto Mercadorias?

A resposta a estas questões irá solucionar o problema do cálculo do PIB real.

• O Conjunto Mercadorias

Quais devem ser os elementos do Conjunto Mercadorias para determinar o PIB? As mercadorias que representam a despesa em produtos finais nessa economia ou as mercadorias produzidas internamente? Devemos medir o rendimento, a despesa e o valor económico comparando-os com os produtos que adquirimos ou com os produtos que produzimos/vendemos? Numa economia fechada, o que um compra outro vende e o conjunto dos rendimentos traduz-se, directamente, num pacote de mercadorias que é simultaneamente vendido e adquirido. Numa economia aberta necessitamos de saber como medir o que exportamos e importamos.

Uma economia fechada é uma ficção metodológica; não existe nem nunca existiu alguma vez uma economia fechada (pelo menos uma economia monetária). Portanto, a suposta igualdade entre o que produzimos e adquirimos é sempre uma ficção: produzimos umas coisas e adquirimos outras. A questão reside em saber o que nos interessa considerar como mercadorias, cujo valor irá servir de referência à variação do valor produzido internamente num dado intervalo de tempo.

Na perspectiva dos rendimentos e despesa, é óbvio que o que nos preocupa é o que adquirimos; na perspectiva da produção, parece ser o que produzimos. Contudo, teremos de fazer uma opção se queremos que os valores e variações nas perspectivas dos rendimentos, da despesa e da produção sejam idênticos, como exige o conceito do PIB, universalmente aceite...

6 Corrente maioritária entre os economistas, *mainstream*.



Impacto do crescimento demográfico na economia angolana

Justino Angolar

justinodemo@gmail.com

Universidade Lusíada de Angola – Faculdade de Ciências Económicas

Orcid: 0009-0000-8553-5941

Resumo

Estudar a inter-relação de diferentes variáveis é imprescindível na investigação científica, pois é através deste processo que se podem compreender determinados problemas sociais de forma íntegra. O presente estudo visa analisar o impacto do crescimento demográfico na economia angolana nos anos 2020 e 2021. Com recurso à técnica de pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica, o referido estudo baseou-se, essencialmente, na revisão da literatura disponível sobre o referido tema, recorrendo também a diversos dados estatísticos sobre dinâmica demográfica e crescimento económico, permitindo assim a produção de representações gráficas “indispensáveis” para a análise do tema em abordagem. Sendo assim, foram utilizados dados estatísticos de várias fontes, destacando os produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística: Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2014); Projecção da População para o período 2014–2050, Inquérito de Emprego em Angola, Inquérito de Indicadores Múltiplos de Saúde 2015–2016, entre outras fontes. No referido trabalho de investigação, ficou claro e patente que a taxa de crescimento demográfico exponencial que se verifica em Angola (3,2%) tem fortes influências na economia do país, originando assim mais de 4.500.000 de desempregados, isto é, uma taxa de desemprego de cerca de 30%, afectando consideravelmente os jovens, uma vez que esta franja é a que constitui maior parte da população angolana. Infelizmente, o acelerado crescimento demográfico que se verifica em Angola não é sustentável pelo facto do mesmo não ser acompanhado de crescimento económico, aliás, pelo contrário, o desemprego tem aumentado precedentemente.

Palavras chaves: Crescimento demográfico. Crescimento económico. Angola.

Introdução

Actualmente, muitos economistas surpreendem-se com o acordar de quatro “gigantes adormecidos”: Brasil, Rússia, Índia e China. Estes países têm duas características fundamentais em comum e, segundo alguns, de difícil conciliação: apresentam expressivas taxas de crescimento do PIB e, simultaneamente, uma elevada dimensão demográfica. Este facto pode sugerir que uma elevada dimensão demográfica não é um factor de estrangulamento económico, como muitos afirmam, antes um estimulador de crescimento económico [Meireles, 2011].

O PIB é considerado o indicador que representa de maneira completa uma economia. O seu cálculo se dá através do somatório, em valores monetários, dos bens e serviços produzidos por um país (dentro do país), de acordo com (Vasconcelo e Garcia, 2009) apud (Júnior I., 2018).

O PIB per capita é o produto interno bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país. Este indicador (PIB per capita) é fortemente influenciado pelo crescimento demográfico.

A abordagem do referido tema é um desafio pessoal enquanto graduado em Demografia e mestrando em Economia, com o intuito de aprofundar a compreensão de dois fenómenos relacionados, que resultam de distintas variáveis, significativas para a compreensão de determinados problemas macroeconómicos. O referido tema é de suma importância. Como frisámos, envolve variáveis relevantes e que é necessário ter em conta, para a compreensão da economia de um determinado país.

Formulação de problema

O objectivo último da actividade económica é prover a sociedade dos bens e serviços desejados pela população. O produto interno bruto é, pois, a medida mais abrangente do resultado da actividade económica, para medir o crescimento económico. O presente trabalho será guiado em torno da seguinte problemática: Em que medida pode o crescimento demográfico impactar o crescimento económico?

Objectivos

Com o presente trabalho pretende-se alcançar os seguintes objectivos:

Geral:

- Analisar o impacto do crescimento demográfico na economia angolana.

Específicos:

- Descrever o crescimento económico em Angola, no período em estudo;
- Descrever o crescimento demográfico em Angola;
- Compreender o impacto do crescimento demográfico na economia angolana.

Metodologia

A presente pesquisa tem a natureza quali-quantitativa que é definida por Creswell (2010) como meio para testar teorias objectivas, examinando a relação entre as variáveis, onde as variáveis podem ser medidas por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser estatisticamente analisados. Usou-

se o método de revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos sobre economia e sobre a dinâmica demográfica e economia de Angola....



Revista angolana de ciências económicas



Comércio externo entre Angola e a SADC “Evidências empíricas com o modelo gravitacional”

Nerhum Sandambi

nerhumsandambi22@gmail.com

Sem vinculação institucional

Orcid: 0000-0001-8230-2878

Researcher ID: IAN-1211-2023.

Resumo

O paper analisa o comércio externo entre Angola e a SADC, no período referente a 2000-2013. O objectivo principal consiste em analisar os factores que influenciam o comércio externo e, sobretudo, perceber as principais implicações subjacentes. Estimou-se um modelo estático do tipo gravitacional através dos modelos dos efeitos fixos (FE), dos efeitos aleatórios (RE) e do modelo dos Mínimos Quadrados Ordinários (OLS). Assim, obtiveram-se os seguintes resultados: a distância económica no modelo é relevante e explica os fluxos do comércio externo, verificando-se um impacto de 0,978% no volume comercial transaccionado. A distância física mostra, no entanto, um impacto positivo, o que é plausível e se justifica pela reduzida distância física entre Angola e os países-membros da SADC, coeteris paribus. Na Política Comercial, através da variável Tarif, os resultados sugerem um impacto de 0,366% no volume comercial transaccionado com os países-membros, mantendo naturalmente tudo o resto constante, a variável dummie FRONT é relevante e explica o volume comercial. Sendo o comércio feito com os países com os quais Angola partilha a fronteira, o impacto é significativamente maior: intuitivamente, menores tendem a ser os custos relacionados com os factores de atracção na economia. Assim, a variável taxa de câmbio real efectiva mostra um impacto negativo, o que se traduz na diminuição do volume comercial. O impacto poderá estar relacionado com a volatilidade no mercado cambial.

Palavras-Chave: Comércio externo; Angola & SADC; Modelo Gravitacional; política comercial.

Classificação JEL: c01; c21; c23; c33; F10.

Introdução

O comércio externo é, genericamente, motivado pelo aumento das variáveis, como as exportações e importações. Estas determinam o comportamento cíclico, sendo impulsionadas, por um lado, pelo aumento da produção interna dos países e, por outro, pelas necessidades dos outros países com os quais os fluxos do comércio se verificam com maior intensidade à partida.

Este estudo analisa se de facto os países possuem uma matriz de exportação diferente e se, considerada a volatilidade dos mercados em si, diferente dos outros países em análise, Angola, por exemplo, em termos genéricos apresenta uma matriz de exportação menos diversificada em relação aos outros países da SADC. Isto ocorre por duas razões distintas: uma prende-se com o facto de Angola, até ao momento, ter uma dependência do sector petrolífero e diamantífero, outra está relacionada com o facto de Angola não ter, para além dos recursos minerais, outros sectores-chave que possam à partida contribuir para a diversificação produtiva.

Assim, o modelo gravitacional tem sido formalmente usado para analisar e explorar as relações bilaterais entre países, (Sandambi, 2021) mostrando o impacto do PIB de origem e de destino no volume comercial transaccionado. Os resultados mostram também a não influência da distância física no comércio externo, mesmo quando o comércio é feito com o país mais distante de Portugal dentro dos PALOP. Em (Martinez-Zarzoso, 2003), os resultados mostram a elasticidade de rendimento do país exportador, que é superior aos rendimentos do país importador. Este estudo está em linha com os resultados encontrados em (Golovko e Sahin, 2021), (Pieterzak et al., 2015), que analisa as condicionantes do comércio externo na União Europeia; os resultados sugerem a dependência positiva entre o PIB de um Estado-membro e o seu volume de exportação e importação, resultados semelhantes também encontrados em (García, 2013) e (Marimoutou et al., 2010), que exploram os efeitos da distância no comércio externo. Outros factores de atracção, como os custos de transporte, são analisados em (Whayudi e Anggita, 2015). (Troy, 2014), que estuda o comércio externo entre os Estados-membros da CARICOM: países que partilham fronteira comum tendem a apresentar efeitos significativos e positivos no comércio; (Kaukin, 2014) mostra esta relação. O modelo gravitacional aplicado aos estudos intra-comerciais é visto em (Kaukin, 2014), com a análise para comércio IntraBrics. (Sahin e Golovko, 2021), (Stay et al., 2016), (Kuza, 2012) e (Rahman, 2003) analisam a questão em pormenor. Seguem-se os estudos de (Ugurlu e Jindrichovska, 2019), (Okubo, 2004) e (Camacho, 2013).

• Dados e metodologia

Dados

Os dados da amostra foram extraídos do Banco Mundial, COMESA, FMI, INE e dos portais de estatísticas dos países em estudo, analisando-se os seguintes países: Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Maurícias, Maláui, Namíbia, África do Sul, Suazilândia, Zimbabué, Zâmbia, Seychelles, Tanzânia, RDC, Comores e Madagáscar. O horizonte temporal da análise vai de 2000 a 2013. Os dados estão representados em dólares a preços constantes de 2010. A variável dependente volume do comércio externo representa naturalmente a soma das importações e exportações. Os dados em painéis permitem uma maior variabilidade da amostra de acordo com os autores (Baltagi, 2013), (Hsiao, 2003)

e (Cameron e Trivedi, 2005). O painel é estritamente balanceado, sendo, o número de observações superiores ao horizonte temporal, $N > T$...



Estabilidade de preços, poupança e crescimento económico sustentável Uma abordagem teórica da economia angolana

Bernardo da Silva Vaz

vaz.bernardo88@gmail.com

Universidade Agostinho Neto – Faculdade de Economia

Orcid: 0009-0000-9646-6830

Resumo

A investigação aqui exposta tem por objectivo analisar como preços estáveis transmitem maior confiança aos agentes económicos. Em particular, o trabalho procura mostrar como a estabilidade de preços estimula a poupança, reforça a credibilidade das instituições, melhora o ambiente de negócios e garante o crescimento económico sustentável. Também é analisado o papel do Banco Central na condução da política monetária, tendo em conta a influência das taxas de juros e de câmbio na manutenção da estabilidade de preços – porque, quando se tem uma economia muito dependente da produção externa, a eficiente gestão da taxa de câmbio é crucial para a estabilidade dos preços. O trabalho analisa também a vigente “estabilidade de preços artificial” sustentada pelas divisas oriundas exclusivamente do sector petrolífero. Em suma, a política monetária tem o seu mérito, mas a estabilidade de preços, como defendido neste trabalho, deve ser alcançada através do incremento da produção interna, visto que o excesso de procura interna sobre uma oferta incipiente pressiona os preços para cima, assim como a descida do preço do petróleo reduz as importações, provoca escassez de bens de consumo corrente e eleva o nível geral de preços.

Palavras-chave: Produção. Crescimento económico. Inflação. Poupança. PIB

Introdução

Existem muitos factores que contribuem para o crescimento económico sustentável de um país, tais como a disponibilidade e a qualidade dos recursos, a qualidade das instituições e a estabilidade política. Este último aspecto opera como determinante da confiança que o sistema oferece aos agentes económicos internos e externos a longo prazo. Não iremos aprofundar estas questões, apesar de reconhecermos o seu impacto sobre os preços. O nosso propósito é examinar se a “estabilidade de preços” contribui para o crescimento económico sustentável. Se sim, então resta-nos descrever com que meios ou com que políticas se consegue. Temos a perspectiva de que a estabilidade de preços é o meio e de que o crescimento económico sustentável é o fim, mas, antes de se atingir o fim, passa-se por uma série de questões intermédias cuja relevância acaba por rivalizar com o próprio fim e, se as mesmas não forem respeitadas, o fim pretendido é comprometido. Entre as questões intermédias, destacam-se a poupança e o papel do Banco Central, dois elementos que funcionam como uma ponte entre a estabilidade de preços e o crescimento sustentável.

A estabilidade de preços é um tema recente na literatura económica. Antes de 1970, muitas economias tinham as suas moedas indexadas ao ouro, e isto reduzia a capacidade dos bancos centrais de criarem moeda do nada, visto que este processo estava condicionado ao aumento do estoque de ouro. Após o advento da revolução keynesiana (cuja tese era de que o desemprego é consequência de uma política monetária demasiadamente conservadora que encarecia o custo do dinheiro e reprimia o consumo e o investimento) e do colapso do padrão-ouro do sistema de Bretton Woods em 1973, muitos países começaram a emitir moeda para financiar os seus défices e reduzir o desemprego através de uma política de dinheiro fácil, o que levou a uma subida generalizada dos níveis de preços em muitos destes países (ARAÚJO, 2012; AFONSO, 2012). É neste contexto que nasce o debate sobre a estabilidade de preços — entendida como taxas controladas e estáveis de inflação.

No caso de Angola, por ter uma economia excessivamente dependente do petróleo, aparentemente não se prestou muita atenção à questão da relevância da estabilidade dos preços, sendo os défices orçamentais e a capacidade de oferta da própria economia supridos com excedentes do petróleo. A actual crise do sector petrolífero e o abrandamento das principais economias do mundo, com destaque para a economia chinesa, o nosso maior parceiro comercial, veio mostrar as fragilidades do nosso modelo económico, que, como muitos países em desenvolvimento que possuem recursos naturais, também padece da doença holandesa, sendo esta uma das causas da desindustrialização desses países (BRESSER-PEREIRA, 2012).

A estabilidade de preços requer a superação de muitos problemas estruturais e grandes sacrifícios a curto prazo. É neste quadro que nasce este trabalho, avançando como hipótese que, na busca da estabilidade de preços, muitos outros problemas, como a baixa taxa de poupança, a excessiva dependência das importações e o fraco crescimento do PIB não-petrolífero, acabarão por ser resolvidos por arrasto.

Começamos por apresentar os conceitos de preço, inflação e os custos decorrentes deste fenómeno monetário. A estabilidade de preços, o papel do Banco Central, o regime cambial, o sistema fiscal, a conta corrente, a qualidade das instituições e o respeito pelas leis, todos esses temas foram abordados ao longo do trabalho. Mostramos que a estabilidade de preços não é só uma questão monetária, mas também fiscal.



Elasticidade-preço da procura ajustada

Me. Pascoal de Guimarães
Sem vinculação institucional
Orcid: 0000-0002-4662-2871

pascoalguimaraes3@gmail.com

Resumo

O presente estudo versa sobre o alinhamento do modelo tradicional de elasticidade-preço da procura à realidade ditada pelo comportamento dos consumidores e pela prática da teoria económica, bem como a sua harmonia com o correspondente modelo funcional exponencial. Por conseguinte, propõe um novo modelo para a elasticidade-preço da procura, que, além de corrigir a ineficiência do modelo tradicional quando em face a variações de preço de larga amplitude, toma-o como um caso limite seu para quando se trata de variações de preço de pequenas proporções.

Palavras-Chave: Procura, Elasticidade, Elasticidade ajustada, Variações de preço, Variações da procura.

Introdução

Uma das grandes características dos estudos económicos e econométricos actuais tem sido a modelagem das relações entre as variáveis micro ou macroeconómicas com base no ajustamento dos modelos criados ao diagrama de dispersão dos dados observados disponíveis. Esta matematização desenfreada das relações entre as variáveis económicas, que presta maior enfoque ao equacionamento da função que melhor reflecte a disposição dos dados, sem a necessária atenção ao comportamento dos consumidores (cujo agir constitui o manancial do sentido das relações matemáticas entre tais variáveis), tem provocado um constrangimento a muitos modelos desenvolvidos, na medida em que estes tornam-se funcionais apenas dentro de determinado intervalo dos dados observados, sendo ineficientes fora deste.

Carroll (2001), aquando da sua abordagem sobre a funcionalidade da função de consumo log-linearizado de Euler, referiu que “It seems clear, therefore, that there will be ranges of parameter values where time-series estimation of the Euler equation will work and ranges where such methods will fail”. Carroll, na sua conclusão, ainda acrescenta que “estimation of consumption Euler equations using instrumental variables methods on cross-section household data should be abandoned” (p. 28).

Vali (2016), no seu estudo da função quadrática da procura, não obstante ter obtido resultados satisfatórios para o objectivo que se propusera, apresenta neste mesmo trabalho, como todas as funções quadráticas da procura, uma função inversa da procura que apenas tem significado real quando o preço se situa dentro de um intervalo, sendo que, fora deste, os resultados são irreais ou desprovidos de significado prático.

Marshall (1920), pioneiro na definição do conceito de elasticidade-preço da procura, expressa a elasticidade como o rácio entre a variação das quantidades procuradas e a variação do preço, a partir dos deslocamentos das curvas da procura e da oferta⁷ (p. 318), fazendo, entretanto, a sua abordagem percentual, em notas de rodapé, sem a ter formulado em termos de logaritmos, como se segue:

“We may say that the elasticity of demand is one, if a small fall in price will cause an equal proportionate increase in the amount demanded: or as we may say roughly, if a fall of one per cent. in price will increase the sales by one per cent.: that it is two or a half, if a fall of one per cent. Respectively in the amount demanded; and so on” (p. 86).

Contudo, a posterior materialização da abordagem sobre a elasticidade em termos de logaritmos contribuiu para a multiplicação da utilização dos logaritmos na análise econométrica, pelo que, hoje, “Normalmente o economista usa e abusa de modelos de elasticidades constantes”, como refere Andrade (2004), acrescentando ainda que “‘gostamos’ de modelos lineares de variáveis previamente transformadas em logaritmos. Porém, ficarmos por relações deste tipo é limitarmos excessivamente a nossa imaginação e capacidade” (p. 9).

O autor continua, reforçando que “Só aparentemente um modelo de elasticidade constante é equivalente a um modelo linear em termos de taxas de crescimento. O primeiro será escrito em termos de logaritmos de observações em níveis e o segundo em primeiras diferenças desses logaritmos. Mas eles são profundamente diferentes do ponto de vista das variáveis que usamos...”



Desenvolvimento regional: uma resposta (des)igual aos desafios complexos da África Austral (SADC) perante a uma política inclusiva

Autor: Paulo Vica

paulo.vica23@hotmail.com

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-6497-23051

Resumo

O presente trabalho teve como objectivo avaliar o papel da SADC — alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral — à luz das narrativas do desenvolvimento regional, promovendo um desenvolvimento menos desigual dos Estados-membros. Para o efeito recorreu-se ao CV (Coeficiente de Variação), mensurando os principais indicadores económicos e sociais, nesta área de saber, como proxy para avaliar, quão homogénea ou heterogénea foi a região da SADC no período de 2002–2021. A pesquisa observou que, embora, a SADC se configure como uma supra-região, e possui planos que apontam para algumas abordagens de desenvolvimento regional, porém, a sua materialização tem sido bastante desigual ($CV_{\text{PIB per capita}} = 134,14\%$), lenta e complexa, o que influencia de modo negativo o cumprimento de metas definidas nos seus planos estratégicos.

Palavras-chave: Região, desenvolvimento regional, SADC.

Introdução

A complexidade em volta do desenvolvimento regional da África Austral, SADC, passa necessariamente pela vontade expressa dos seus actores, mediante aperfeiçoamento de um conjunto de políticas inclusivas do fórum económico e social, que visa assegurar os direitos e liberdades fundamentais dos seus cidadãos, num exercício democrático deste processo. Deste modo, permitirá que a adopção de uma política regional inclusiva ganhe maior dimensão e abrangência sobre as preocupações e mecanismos de intervenção dos problemas adversos que afligem o continente, em geral, e da África Austral e SADC, em particular, visando promover e assegurar a participação de todos os Estados-membros num processo de desenvolvimento regional menos desigual.

Uma política inclusiva no âmbito do desenvolvimento regional visa assegurar um crescimento mais plural e equitativo, fazendo que sociedades, pertencentes à mesma delimitação geográfica e/ou político-administrativa, não se distanciem de forma gritante, quando comparados determinados indicadores, sejam económicos (taxa de crescimento da economia, PIB *per capita*, salários mínimos, níveis de investimentos, estrutura industrial, participação das exportações no PIB) ou sociais (acesso à educação, à saúde, à habitação, a um emprego condigno, entre outros). Algumas narrativas “desenvolvimentistas” reiteram que países e/ou regiões que apresentam PIB *per capita* equiparados tendem a mostrar menor desigualdade. Todavia, ainda que especulativas, as condições socioeconómicas na região da África Austral, SADC, particularmente, e em África, no geral, têm divergido consideravelmente, dentro e fora das suas fronteiras, em detrimento de um conjunto de factores, históricos, político-militares, económicos e sociais, ou seja, trata-se de um problema conjuntural e estrutural, que se atrelou a estes factores, o que poderá comprometer os objectivos desta comunidade económica regional, previstos no seu Plano Estratégico 2020–2030, bem como nos 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para 2030, subscritos pelos Estados-membros junto da ONU (2015).

Um desenvolvimento regional menos desigual na SADC visa comprometer os Estados-membros face aos objectivos (2020–2030) assumidos por eles, apostando em políticas económicas estruturantes que dinamizam a região, diminuindo massivamente as exportações de insumos ou bens intermédios de sectores produtivos altamente dinâmicos, que alimentam as indústrias asiáticas, europeias e norte-americanas com produtos de elevado teor tecnológico complexos. A criação de um mercado comum forte visa facilitar as trocas comerciais na região, principalmente de bens alimentares e tecnológicos, cuja capacidade produtiva se revela vantajosa, e de um banco regional, com políticas económicas inclusivas, que fosse capaz de financiar projectos industriais de grandes dimensões, cuja dinamização se estenderia para outros sectores, sobretudo ao do turismo, já que a região possui um grande potencial, desde a fauna e da flora.

Deste prisma, a região se tornaria muito mais próspera e resiliente do que é hoje, caminhando com mesmo ímpeto e em direcção a algumas economias do Leste Asiático e da América Latina, pulando etapas, já galgadas por estas. Esta política feita ao longo do corredor da região da SADC traria maior dinamismo nas zonas recônditas de cada membro, enxugando as fragmentações das capitais e/ou cidades em relação aos municípios e/ou periferias, dado o avanço das infra-estruturas ligando as cidades e os campos, o que permitiria um maior escoamento de produtos e acesso aos serviços públicos e privados locais, e reduzindo deste modo as desigualdades.



ARTIGO DE OPINIÃO



Economia Solidária: será uma resposta resiliente às crises económicas e financeiras da contemporaneidade?

Autor: Paulo Vica

paulo.vica23@hotmail.com

Sem vinculação institucional

ORCID: 0009-0005-6497-2305

Resumo

As crises económicas e financeiras estão cada vez mais presentes nas agendas de vários governos, independentemente de fazerem parte das grandes ou pequenas economias, ou seja, das chamadas economias industrializadas/desenvolvidas, ou não industrializadas/ em desenvolvimento. Estas crises tornaram-se numa asfixia para humanidade, se tivermos em conta as soluções adoptadas por esses governos⁸, tornando-as bastante complexas e de elevado custo social. Exemplo disso são as políticas de austeridade, fixação de tecto máximo de gastos públicos adoptadas por alguns governos, em período de recessão económica. Quanto mais alguns governos tornam-se reféns de *commodities*, como a principal fonte de financiamento da economia, demonstrando claramente o quão concentrada é a sua economia, maior é a exposição da vulnerabilidade económica diante de um choque externo sobre o preço deste produto. O artigo chama a nossa atenção para a compreensão das propostas apresentadas pela Economia Solidária ou da “Outra Economia”, como também é designada, diante das adversidades económicas e financeiras que o mundo tem vindo a testemunhar ao longo de mais de meio século. O artigo visou analisar também o impacto destas respostas, olhando em torno da crise *subprime*⁹, assim como pela derrocada do preço do petróleo desde finais de 2014.

Palavras-chave: Economia Solidária; crise económica e financeira; resiliência.

8 Sempre baseadas numa lógica de funcionamento da economia de mercado.

9 Estados Unidos (2006–2009).

a) Introdução

Em 2006, registam-se os primeiros sintomas da crise financeira mundial, resultante das insuficiências de liquidez do sector financeiro, fomentado pelo sector imobiliário nos Estados Unidos. O surgimento desta crise, na óptica de alguns comentadores e especialistas, está no firmamento egocêntrico dos empresários, movidos pelos interesses individualistas. Alguns especialistas consideram-na mesmo uma crise intencional, na medida em que concediam empréstimos financeiros a indivíduos com pouca instrução financeira e com baixa capacidade de liquidez. Infelizmente, cenários como estes funcionam no modo «bola de neve» e de forma contagiosa, face à globalização dos mercados da nossa contemporaneidade. As instabilidades económicas e financeiras têm sido frequentes e com grandes repercussões nas vidas das famílias, na medida em que concorrem para o agravamento do desemprego, da exclusão social e, concomitantemente, da pobreza extrema. Para tal, muitos governos adoptaram uma postura diferente na gestão de seus orçamentos, mudando radicalmente os «hábitos» das suas populações, diante da ausência de liquidez financeira, resultante de uma fraca política de investimentos em sectores decisivos e (auto)sustentáveis, e os poucos que existem são de baixa produtividade, fazendo com que o país se torne bastante dependente de políticas externas (é o caso de Portugal, em relação à União Europeia), bem como na insuficiência de políticas voltadas para a diversificação económica (o caso de Angola).

b) Contextualização temporal da crise sub-prime e o sector petrolífero

Ao longo dos tempos, o homem teve de adaptar-se e praticar novas técnicas de sobrevivência. Conseguir manter o seu sustento foi, e sempre será, uma preocupação primária, na medida em que o crescimento populacional tende a ser cada vez maior em relação ao lento crescimento económico e que, como consequência, se verifica a deterioração das condições sociais e das relações sociais assim como a dos valores éticos. Nos últimos 60 anos, a economia viveu um período de franco crescimento e de estabilidade financeira¹⁰, com grande reforço de vários sectores fundamentais, sobretudo na área da tecnologia e informática. Porém, este crescimento sempre foi acompanhado pelas derrocadas económicas e financeiras. A humanidade tem vivenciando, nas últimas três décadas, um colapso dos sistemas bancários e financeiros, reduzindo cada vez mais o acesso à alimentação, saúde, educação e ao emprego, o que aumenta cada vez mais o fosso entre as classes sociais. Em 2006, dão-se os primeiros sinais da crise financeira, que ficou então conhecida como a “crise sub-prime” nos Estados Unidos, resultante da insolvência das instituições de crédito diante do mercado imobiliário (principalmente). Entenda-se crise financeira quando o activo de um certo indivíduo, governo ou instituição perde o seu valor num prazo muito curto e de forma contínua; já uma crise económica é o resultado das várias irregularidades dos processos (produtivos) económicos em relação ao PIB real e, sendo uma constante, afectando o sistema financeiro do país. Para Marx¹¹, uma crise é a fase de estorvo e de interrupção do processo acumulativo de capital.



TRABALHOS DE FIM DE CURSO



Auditorias no Sector Público: ferramentas digitais para melhorar a eficácia e eficiência

Carlos Alberto da Conceição Araújo

carlosaraujo.ang@gmail.com

Sem vinculação institucional

Orcid: 0009-0006-9273-9938

Nome do Tutor: Professor Doutor/ Venerando Juiz Conselheiro Presidente Victor Caldeira

IPPS – ISCTE, Lisboa

Notas: o texto que se segue foi apresentado como texto de final de curso e é reproduzido o mais possível na íntegra, em português com acordo ortográfico e apenas com as adaptações ao formato da Revista *Economínus*.

O trabalho foi entregue ao IPPS-ISCTE no dia 23 de Julho de 2022, pelo que pode ter informação que já não é actualizada

Introdução

Angola é uma economia emergente com um enorme potencial de crescimento. O sector público deve ser coordenado, eficiente e eficaz, pois só assim poderá enfrentar os desafios que o país enfrenta e, ao fazê-lo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

As auditorias são uma peça essencial da administração pública porque ajudam os governos a introduzir melhorias nas suas acções, asseguram a responsabilização, demonstram transparência e promovem o desenvolvimento. O Tribunal de Contas de Angola enfrenta desafios complexos, tanto ao nível interno, como no externo. Para fazer face a tais desafios, o Tribunal de Contas tem vindo a implementar novas formas de trabalho. Por estas razões, são exploradas várias possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias, como a *Blockchain*, a fim de se melhorar a sua eficácia e eficiência e mais facilmente ultrapassar os seus principais desafios. Actualmente existem já Tribunais no mundo que criaram ferramentas digitais inovadoras como a *Blockchain* utilizando uma estratégia holística de transformação digital, que envolve pessoas, processos e cultura.

Palavras-chave: Auditoria, Tribunal de Contas de Angola, Tribunal de Contas da União, INTOSAI, Transformação Digital, Digitalização, Blockchain, Inteligência Artificial

- **Apresentação do problema e sua pertinência**
 - **Contextualizando o mundo das Instituições Superiores de Controle (ISC)**
 - **Independência das ISC**

Conforme defendem os autores Calheiros, Tavares e Feio (2021), o século XXI é marcado por uma falta de confiança no Estado, resultado de décadas de populismo por parte dos políticos e de promessas de bem-estar social não cumpridas. Assim, o Estado Democrático de Direito corre o risco de ruir devido aos constantes e crescentes escândalos de corrupção, às promessas não cumpridas e à manipulação de informação por parte dos políticos.

De acordo com o relatório da Freedom House (2021), entre 2005 a 2021, a democracia a nível global declinou em 76% (vide anexo 1). De igual modo, de acordo com uma análise do Statista (2021), a percentagem do mundo que vive numa democracia atingiu o seu máximo no ano 2000, quando a percentagem era de 54%. Contudo, como o infográfico ilustra (vide anexo 2), o estado da democracia a nível mundial sofreu uma queda acentuada em 2019, caindo de 50% para 32%.

Por outro lado, o Inquérito Global (2020) da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (INTOSAI) indica o declínio, entre 2017-2020, de 7 dos 8 Princípios da INTOSAI-P 10, sendo os que mais decresceram, os seguintes: 1 - quadro constitucional e jurídico (de 82 a 68); 4 - acesso à informação (de 88 a 77); e 7 - acompanhamento efectivo (de 81 a 65). Assim, a classificação média da independência das ISC baixou de 82 para 75 valores (vide anexo 3).

A conclusão do inquérito global da INTOSAI (2020), é que (p. 23): "os Oito Princípios são combinados num único 'índice de independência' agregado. A nível regional, pode concluir-se que os níveis de independência do SAI estão acima da média global em três regiões: EUROSAI, ASOSAI e América do Norte. As ISC da ARABOSAI e do CREFIAF parecem ter menos independência. O declínio desde 2017 é mais prevacente em países com níveis mais baixos de democracia e países de rendimento médio. Comparando apenas os países que participaram no balanço de 2017, o maior declínio é observado nas Américas (OLACEFS, CAROSAI, e América do Norte), mas o declínio é global. O ARABOSAI é a única região que melhorou ligeiramente".

Como resultado, tem-se verificado uma redução considerável da eficiência e eficácia de muitos serviços públicos, inclusive, uma menor transparência e objectividade por parte dos órgãos de comunicação social e uma maior ameaça aos Direitos fundamentais das populações. Não é certo se as ameaças à independência das Instituições Superiores de Controle (ISC) são uma consequência do "declínio da democracia", mas é um facto que a redução da independência das ISC, juntamente com a falta de transparência do Estado, resulta num ambiente de auditoria extremamente complexo, tanto para os auditores, como para os auditados, o que pode explicar a dificuldade em se executar auditorias eficientes e eficazes. O século XXI atravessa, pois, um período complicado onde, a nível geral, o Estado da Democracia tem diminuído de forma preocupante, principalmente desde os anos 2000, com a maior queda registada recentemente, em 2019. Concomitantemente, a independência das ISC, entre 2017-2020, tem sofrido um declínio a nível geral, que é mais notório em países com níveis mais baixos de democracia e países de rendimento médio, tendo um impacto negativo na eficácia e eficiência de um órgão como o Tribunal de Contas. Por exemplo, em Angola, um dos grandes constrangimentos do Tribunal de Contas é ter um acesso restrito (Ver Angola, 2021) ao Sistema Integrado da Gestão Financeira do Estado (SIGFE), facto que dificulta a execução de auditorias eficientes e eficazes.



Motivação dos Trabalhadores dentro das organizações

Bruna Barros, Fábio Gama, Hélio Sampaio, Nuno Bravo, Ricardo Barata, Vanessa Silva e Yanick Almeida

Orientador: Nerhum Sandambi

Universidade Lusíada de Angola – Faculdade de Ciências Económicas

Resumo

Uma pesquisa do Instituto de Locomotiva do Brasil mostrou que 56% dos trabalhadores estavam insatisfeitos com os seus empregos, isso num cenário de crise económica e de alto desemprego. O estudo ainda apontou que 96% das pessoas consideravam importante que as organizações recompensassem os seus funcionários de forma material (com dinheiro, viagens, presentes, etc.), pelos seus esforços, enquanto 90% acreditavam que esse reconhecimento podia ser feito de outras maneiras (como elogios, homenagens, etc.), desde que fosse uma acção valorizando o desempenho do colaborador. Esses números mostram que a maioria dos trabalhadores andava desmotivada no seu trabalho e como essa situação poderia ser facilmente resolvida. Mesmo assim, as empresas ainda não investem o suficiente para mudar esse cenário, e isso traz vários problemas para o desenvolvimento das organizações.

Este grupo propõe-se entender que papel desempenha a motivação dentro das organizações de modo a alcançar maior qualidade e produtividade, elevando a performance da organização para atingir os resultados pretendidos. Sendo assim, foram recolhidas contribuições de diversos autores sobre os conceitos e factores inerentes à motivação dos indivíduos no ambiente de trabalho e do incentivo aos colaboradores no processo produtivo, que conduz a resultados positivos.

Palavras-chave: Motivação, Organizações, Trabalhadores, Liderança, Crescimento.

Introdução

Manter uma organização é mais difícil do que parece. Temos de dominar o sector administrativo, comercial, financeiro, operacional ou de produção e muitos outros, descobrir o que fazer para que a organização alcance o sucesso. Porém, se for o caso de uma organização nova, só precisa de capacitar os seus colaboradores em umas poucas actividades para que possam aprender diversas competências para fazer essa organização crescer. Quando se inicia o processo de criação, a quantidade de tarefas e coisas a aprender pode chegar a assustar qualquer um, visto que muitas ficam pelo caminho. Mas é aí que são necessários profissionais com competências, cheios de iniciativa, motivados e identificados com a cultura organizacional para, no final, obter resultados melhores.

Neste trabalho, discorreremos sobre a motivação dos trabalhadores dentro das organizações, a sua importância e vantagens e como motivar os trabalhadores para que se aumente a produtividade da empresa de modo a atingir certos objectivos. Apresentamos também algumas dicas para a motivação no ambiente de trabalho.

Então, pedimos encarecidamente que leia o texto até ao final, com atenção, e, se precisar, deixe um comentário para que possamos esclarecer possíveis dúvidas.

Uma organização é a forma como se dispõe um sistema para atingir os resultados pretendidos. Normalmente é formada por uma, duas ou mais pessoas que executam funções de modo controlado e coordenado com a missão de atingir um objectivo comum. Hoje em dia, de nada adianta ter uma grande empresa, com grandes investimentos, bons produtos, instalações excelentes e alta tecnologia se os funcionários estiverem desmotivados nas equipas, se não estiverem alinhados com os objectivos da empresa. Muitos diminuem a importância da motivação dentro das organizações, porém, ela é um elemento fundamental para a produtividade e eficiência de uma equipa. Sem ter funcionários motivados, a empresa estará a deixar escorrer pelo ralo o potencial dos seus talentos e, consequentemente, irá perder espaço no mercado.

De acordo com (Bergamini, 1997), o interesse pela motivação humana pode ser observado já nas obras dos primeiros pensadores da humanidade. Quando se retrocede no tempo, descobre-se que já nas obras dos primeiros pensadores da humanidade, representados pelos filósofos, havia a preocupação de explicar e conhecer o comportamento do ser humano. Tais inquietações podem ser consideradas como indícios de que desde o tempo dos primeiros sábios da humanidade o interesse pela motivação humana e pelas suas formas de manifestação realmente já existia, embora tenha aparecido sob outras denominações.

Motivação é uma força interior que se modifica a cada momento durante toda a vida, que direcciona e intensifica os objectivos de um indivíduo, ou seja, é a energia, o combustível, que domina as nossas atitudes e condutas, especialmente quando a tarefa em questão, por si só, não for muito atraente. É importante realçar que os estímulos podem ser positivos, para realizar uma acção que fará a pessoa se sentir melhor, ou negativos, para acabar com a tensão de algo desagradável.

Ela é um tópico muito estudado pela psicologia para saber o que leva a que as pessoas se comportem da maneira como o fazem, onde tem origem e o que ocorre quando as pessoas não são motivadas. A motivação é avaliada em certos tratamentos psicológicos em que é imprescindível medir a disposição real que um indivíduo tem para iniciar um tratamento.

Cada pessoa tem a capacidade de se motivar ou desmotivar, também chamada auto-motivação ou motivação intrínseca...



O papel da política comercial nos países em desenvolvimento

Irineu Simões, Samir Fontes, Clementina de Castro e Enio Sampaio

Orientador: Nerhum Sandambi

Universidade Lusíada de Angola – Faculdade de Ciências Económicas

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise sobre a política comercial, a política económica e o comércio internacional. Tem por objectivo explicar o papel da política comercial nos países em desenvolvimento, bem como discorrer sobre os seus instrumentos de materialização. Autores como Baldwin, Irwin, Kruger e Bhagwati discutem a importância da política comercial para promover interesses económicos, proteger a indústria nacional e garantir a eficiência económica global. A política económica refere-se às medidas tomadas pelo governo para impulsionar a economia nacional, com acções executadas pelo Governo, o Banco Central e o Parlamento.

O comércio internacional é descrito como a troca de bens e serviços entre fronteiras internacionais, influenciado por factores como recursos, economias de escala e teorias do comércio internacional, como o modelo ricardiano e de Heckscher-Ohlin. A regulamentação do comércio ocorre por meio de tratados bilaterais e multilaterais, e os riscos incluem aspectos económicos e políticos. O comércio internacional é importante para a economia, permitindo a importação de produtos e a exportação de excedentes. A política comercial envolve acções governamentais para gerir o comércio com instrumentos como tarifas de importação e subsídios à exportação. As tarifas aumentam os preços de bens importados no mercado interno, enquanto os subsídios incentivam a produção para exportação. O estudo também menciona a classificação dos instrumentos de política comercial e apresenta uma análise simplificada dos efeitos das tarifas de importação, considerando as curvas de oferta e procura, excedentes do consumidor e produtor e preços nos países importadores e exportadores.

Palavras-chave: tarifas, comercial, eficiência, importação, subsídios.

Introdução

A política comercial desempenha um papel fundamental nas relações internacionais de um país, abrangendo desde a definição de tarifas e outras barreiras comerciais até a negociação de acordos comerciais com outras nações. Essa política é uma ferramenta essencial para promover os interesses económicos de uma nação no cenário global (Baldwin, 2005). Através da política comercial, os países podem tentar aumentar suas exportações, atrair investimentos estrangeiros, proteger sua indústria nacional e garantir a defesa de seus interesses económicos nas negociações internacionais (Irwin, 2009).

No entanto, é importante destacar que a implementação de medidas proteccionistas, como tarifas, pode resultar em distorções económicas, aumento de preços para os consumidores internos e restrição da competição no mercado global (Kruger, 1997). Além disso, subsídios concedidos pelo governo a produtos importados podem criar vantagens artificiais para os produtores domésticos, prejudicando os produtores estrangeiros e diminuindo a eficiência económica global (Bhagwati, 1988).

No presente trabalho, serão explorados os conceitos e efeitos da política comercial, bem como a importância do comércio internacional para as economias dos países. Serão analisados também os principais instrumentos de política comercial, como tarifas de importação e subsídios à exportação, seus efeitos sobre os preços e as curvas de oferta e procura, além de discutidos os benefícios e riscos associados ao comércio internacional.

Ao compreender melhor a política comercial e os seus impactos, torna-se possível uma análise mais aprofundada sobre os desafios e oportunidades que as nações enfrentam no contexto do comércio internacional, proporcionando subsídios para a formulação de estratégias e políticas adequadas para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

Identificação do problema

A política comercial e os seus instrumentos podem ser a solução para o desenvolvimento dos países?

Hipóteses

H1: A política comercial bem como os seus instrumentos são capazes de promover o crescimento económico se bem aplicados.

H2: As tarifas sobre importação e subsídios às exportações podem melhorar os termos de trocas dos países.

Objectivo do estudo

Significa um fim a atingir, uma meta ou propósito de pesquisa, ou seja, é a finalidade de um trabalho de pesquisa, que indica o que o pesquisador vai desenvolver. Para Marconi e Lakatos (2002, p. 24) toda a pesquisa deve ter um objectivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar.

Definir objectivos de estudo é um requisito para desenvolver uma pesquisa científica. É necessário ser claro, preciso e coerente com o tema de investigação, pois ele apresenta os motivos para o desenvolvimento da pesquisa, permitindo alcançar os resultados.

